



Ilm^a. Sra. PREGOEIRA DO SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO TOCANTINS – SEBRAE/TO

LOCAVEL SERVIÇOS LTDA, firma comercial legalmente estabelecida, com sede matriz em Belém/PA à Rua. Cônego Jerônimo Pimentel, nº 156, inscrita no CNPJ sob o número 63.798.490/0001-33, por seu representante legal, vem, tempestiva e respeitosamente, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, com fulcro no Art. 9º da Lei 10.520/02, no parágrafo 2º do Art. 41, c/c art. 109, §2º, §4º e 110 e outros, da Lei nº 8.666/93, pelo que expõe e ao fim requer:

1. DA TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação é tempestiva, tendo em vista que foi protocolada dentro do prazo legal de 02 (dois) dias anteriores à abertura dos envelopes das propostas, com vencimento em 15/07/2014, conforme estipulado pelo artigo 41, § 2º, da Lei n.º 8.666/93, que assim dispõe, *in verbis*:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

(...)

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de Leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Nesse sentido, vejamos também o que dispõe o art. 110 da L. nº 8.666/93, *in*

verbis:

“Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.”

Não versando, o Edital de forma contrária à regulamentação legal supramencionada, satisfeito está o requisito da tempestividade.

2. DAS RAZÕES



Inicialmente, é de crucial importância observar que o contrato administrativo é ato jurídico bilateral, posto que se forma a partir da declaração de vontade das duas partes, a administração e o particular. Assim, em que pese em muitos aspectos a referida relação ser notada pela prevalência do interesse público, que dota a administração pública de uma série de prerrogativas, há dispositivos legais que vinculam a conduta do agente administrativo, retirando do poder público a margem de discricionariedade sobre determinadas condições contratuais.

Nesse sentido é que a Lei 8.666/93 estabelece em seus artigos uma série de exigências que deverão ser parte do ato convocatório, bem como da minuta de contrato que o integra. Tais disposições possuem caráter vinculante para a administração pública, incorrendo, pois, em ilegalidade o Ato Convocatório que não os menciona da forma que a Lei prescreve.

É o que o corre com as disposições constantes do artigo 55, da lei 8666/93, especificamente no que concerne as exigências estabelecidas em seu inciso VII, sobre a necessidade de previsão em contrato de disposições relativas às responsabilidades, penalidades e multas cabíveis à Contratante e Contratado (ABAIXO TRANSCRITOS), que não foram devidamente incluídas na minuta do contrato, bem como as especificação dos serviços prestados que não estão de acordo com o artigo 7º, da referida lei, senão vejamos:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

(...)

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

(...)

VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

(...)

De sorte que, visando aperfeiçoar a futura parceria contratual a ser firmada com o vencedor, solicitamos inclusão/modificação das seguintes cláusulas para satisfazer a Lei das Licitações e Contratos:

1. Que as Penalidades e as multas previstas ao CONTRATADO sejam devidas por ambas as partes, em obediência ao princípio da reciprocidade e legalidade, para o que, se faz a seguinte sugestão de cláusula para ser inclusa na minuta do contrato:

Sugestão: “Os valores pagos em atraso sofrerão multa penal de 5% (cinco por cento) do montante devido, acrescidos de juros legais de 1% ao mês e correção monetária com base na variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, medidos entre a data da obrigação e a data do efetivo pagamento”.

2. Além do exposto acima, carece o Edital de publicação, mais precisamente o item 3, seu anexo, termo de Referência, da clareza e necessária especificação do serviço a ser prestado, nos termos do artigo 7º e art. 12, V, da lei 8633/93, isto porque, o referido item não menciona especificamente em qual dos 4 municípios mencionados os veículos descritos no item 4 irão rodar, fazendo-se imprescindível tal menção para o fim de possibilitar à empresa vencedora estabelecer um eficaz programa de manutenção e disponibilização de carros reserva, sem o que, dificulta-se, sobremaneira, a prestação dos serviços, o que atenta, patentemente, contra as disposições do art. 12, V, da lei 8666/93, segundo o qual serão sempre considerados “a facilidade na execução do



serviço, sem prejuízo de sua durabilidade", motivo pelo **REQUER** seja incluído no Termo de Referência, mais precisamente no item 4 (DESCRIPTIVO DO OBJETO), **INFORMAÇÃO CONCERNENTE À LOCALIDADE EXATA (MUNICÍPIOS) NOS QUAIS OS VEÍCULOS RELACIONADOS NOS ITENS 01 A 04 IRÃO RODAR.**

3. Outra disposição do item 4, do termo de referência, que merece ser alterado, sob pena de factível dificuldade na prestação dos serviços, é a referente à franquia de 2.000 km rodados, mensalmente, para o que o termo de referência não menciona a forma de pagamento e parâmetro de valores que serão adotados em caso de ser ultrapassado tal limite, o que, não raro, acontecerá. Assim, o edital, em seu termo de referência, deixa margem relação jurídica não contemplada também pela minuta do edital, o que, por certo não haverá de passar in albis, **REQUERENDO A ORA IMPUGNANTE MANIFESTAÇÃO EXPRESSA O REFERIDO ASSUNTO.**

Tais medidas são necessárias, tem previsão legal e são corroboradas pela experiência de mais de 20 anos em contratos similares, nos quais sofremos constantes e duradouros atrasos de pagamentos, ocasionados, não por vontade dos administradores, mas pelas nuances orçamentárias e financeiras dos entes públicos que prejudicam o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Face ao exposto, vem, com o devido respeito, apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, requerendo que V.Sa. se digne proceder às modificações solicitadas, através de aditamentos ao Edital, com a necessária reabertura de prazo, por ser ato da mais lúdima JUSTIÇA.

Termos em que,

Pede e Espera Deferimento.

Belém/PA, 14 de julho de 2014.

DANIEL RODRIGUES
RG: 310347 SSP/TO
CPF: 976.242.681-91
PROCURADOR



LIVRO 141
FOLHA 013

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ:
LOCAVEL SERVIÇOS LTDA.-

S A I B A M quantos este público instrumento de procuração bastante virem que, aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze (25/02/2014) nesta Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, à Avenida Senador Lemos, onde funciona o Cartório de Val-de-Cães, conforme portaria do Dr. Juiz de Direito, Diretor do Fórum, perante mim tabelião, compareceu como outorgante, **LOCAVEL SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 63.798.490/0001-33, com sede à Rua Cônego Jerônimo Pimentel, nº 156, bairro Umarizal, nesta cidade, bem como as filiais em todo o Brasil devidamente listadas no Contrato Social, neste ato representada pelo sócio-administrador **JOSÉ EMILIO HOUAT**, brasileiro, casado, empresário, documento de identificação Profissional nº 303-D/AP CREA, inscrito no CPF/MF 122.321.142-87, residente e domiciliado na Avenida Governador José Malcher, 830, apto. 801, bairro de Nazaré, nesta cidade, reconhecido como o próprio mim, escrevente mediante os documentos de identidade que me foram apresentados, do que dou fé. E disse a empresa outorgante, que por este público instrumento nomeia e constitui seu bastantes procuradores: **1) DANIEL RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, comerciante, portador do RG nº 310347 SSP/TO e inscrito no CPF nº 976.242.681-91, residente e domiciliado na Quadra 1103 Sul Alameda 10, Lote 10, QI 32, bairro Plano Diretor Sul, na cidade de Palmas – Estado do Tocantins; **2) SCHWECK STANLEY HOLANDA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, comerciante, documento de Identidade RG nº 4.633.572 PC/PA, inscrito no CPF/MF nº 812.128.602-68, residente e domiciliado na Rua Quatro nº 222 quadra 118 Bairro Parauapebas, na cidade de parauapebas-PA; **3) LUCILENE CHEILA NASCIMENTO DA MATA**, brasileira, solteira, gerente administrativo, documento de Identidade RG nº. 1479461 SSP-PA, inscrita no CPF/MF nº. 443.303.832-68, residente e domiciliada na Rua do Aririzal, s/ nº, Condomínio D'Itally III, BI 7, Aptª 204 – Cohama São Luisz/MA; **4) WIRLLAND BATISTA FONSECA**, brasileiro, solteiro, chefe jurídico, documento de Identidade RG nº. 4510750 PC-PA, inscrito no CPF/MF nº. 772.484.652-91, residente e domiciliado na Avenida Visconde de Inhaúma, nº. 1370, Aptº 1006, Bairro Marco, nesta cidade de Belém – Estado do Pará; **5) FRANCISCO MACARIO DA SILVA JUNIOR**, brasileiro, casado, gerente administrativo, documento de Identidade RG nº. 470198 PTC-AP, inscrito no CPF/MF nº. 356.258.643-49, residente e domiciliado na Avenida Coaracy Nunes, Edifício San Rafael, nº. 873, Aptº 104, Bairro: Centro, cidade de Macapá-AP; **6) PATRICIA DA SILVA FERNANDES**, brasileira, solteira, gerente trainee, documento de Identidade RG nº. 2466825 SSP-PA, inscrito no CPF/MF nº. 597.996.842-34, Conjunto Gleba I, Rua SN 4, 354, Marambaia nesta cidade de Belém – Estado do Pará; **7) GILCINEY MONTEIRO DE CASTRO**, brasileiro, solteiro, assistente administrativo, documento de Identidade RG nº. 858228 SSP-AM, inscrito no CPF/MF nº. 320.592.642-00, residente e domiciliado na Rua Aloiso Brasil, nº 130 B, Bairro Petrópolis, cidade de Manaus – Estado do Amazonas; **8) KÉLFREN ANDRYELLESON BEZERRA GARCIA**, brasileiro, casado, comerciante, portador do documento de Identidade RG nº. 35524561 SSP-CE, inscrito no CPF/MF nº. 034.375.474-61, residente e domiciliado na Avenida Presidente Tancredo Neves, nº 3513, Bairro: Jabotiana, cidade de Aracaju – Estado de Sergipe; **9) JAQUELINE LOBATO DA SILVA**, brasileira, casada, comerciante, portadora do documento de Identidade RG nº. 275344 SSP-AP, inscrita no CPF/MF nº. 741.121.712-34, residente e domiciliada na Avenida dos Tembés, nº 901, Bairro Muca, cidade de Macapá Capital do Estado do Amapá; **10) CELINA DE FÁTIMA SARAIVA TAPAJÓS**, brasileira,





SERVIÇOS REGISTRAL E NOTARIAL

Cartório Val-de-Cães

Acilino Aragão Mendes

Titular

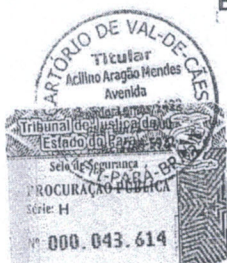


Livro 141

Folha 014


mandato. Não podendo ser substabelecido. O presente instrumento terá validade até 31 de dezembro de 2014, a contar da lavratura do mesmo. NÃO PODENDO SER PRATICADO QUALQUER ATO APÓS VENCIDO O SEU PRAZO. Os poderes aqui outorgados ficam vinculados as cláusulas contratuais da empresa outorgante. Assim o disse, pediu-me este instrumento que lhe li, aceita assinando-o, comigo Rayssa Ferreira Freitas, escrevente juramentada que a digitei. Belém, 25 de fevereiro de 2014. JOSÉ EMILIO HOUAT. VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE SEGURANÇA Nº 043.614 SÉRIE H. Trasladata fielmente de seu próprio original. Eu, Sandra Corbani Aragão Mendes escrevente autorizada subscrevo e assino no impedimento ocasional do Tabelião.

EM TESTEMUNHO () DA VERDADE
BELÉM, 25 DE FEVEREIRO DE 2014.



Sandra Corbani Aragão Mendes
Escrevente Juramentada



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
MINISTÉRIO DAS CIDADES		
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO		
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO		
	NOME DANIEL RODRIGUES	
	DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSORA 310347 SSP TO	
	CPF 976.242.681-91	DATA NASCIMENTO 28/01/1983
	FILIAÇÃO MARIA DAS DORES RODRIGUES	
	PERMISSÃO AB	CAT. HAB. AB
Nº REGISTRO 03101189604		VALIDADE 16/10/2018
		1ª HABILITAÇÃO 06/11/2003
OBSERVAÇÕES sem observações		
LOCAL PALMAS, TO		DATA DE EMISSÃO 22/10/2013
ASSINATURA DO EMISSOR		04680010465 TO018695011
DETRAN - TO (TOCANTINS)		

VALIDA EM TODOS O TERRITÓRIO NACIONAL 809302230

PROIBIDO PLASTIFICAR 809302230